

4

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA
TERCEIRA
REALIZADO NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015
ATA Nº 6**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas dez horas e vinte minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu o Conselho de Ilha, em reunião extraordinária.-----

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: -----

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro - Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória;-----

José Gabriel do Álamo Meneses – Vice-Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;-----

Sandro Rebelo Paim – 1º Secretário da Mesa, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo;-----

Rui Cardoso em substituição de José António Sozinho Azevedo – 2º Secretário da Mesa, representante das associações agrícolas - AAIT;-----

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo;-----

Pérciles Pereira Ortins, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Ana Rita Meneses Branco, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Carlos Armando Ormonde Costa, Presidente de JF, eleito de entre todos os PJF da Ilha);

Luís Alberto Garcia Castro Pereira Costa, Presidente de JF, eleito de entre todos os PJF da Ilha;-----

Arlindo Paulo de Freitas Teles, representante da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo;-----

Miguel Sousa, representante do Governo Regional;-----

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes, representante das Associações Agrícolas - FRUTER;-----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos – UGT;-----

h

António Pedro Inocêncio, representante dos sindicatos – CGTP – União Sindicatos AH;--

Paulo José Mendes Barcelos, representante das associações não governamentais ligadas à área do ambiente;-----

Artur da Câmara Machado, representante da Universidade dos Açores – Campus de Angra do Heroísmo;-----

Presença dos seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:----

António Toste Pereira, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores);-----

Paulo Ribeiro, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----

Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.-

Ausências justificadas:-----

António Toledo Alves, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

João Luís Sanchez dos Santos, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

João Carlos Castro Tavares, Presidente de JF, eleito de entre todos os PJF da Ilha,-----

Cláudia Alexandra Cardoso Meneses da Costa, Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----

Domingos Manuel Cunha, Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.-----

Ausências não justificadas:-----

Paulo Manuel da Silva Codorniz, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória;-----

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da A.M. de Angra do Heroísmo;-----

Rui Fernandes Nobre de Castro, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Norberto Francisco Ávila Messias, representante da A.M. da Praia da Vitória;-----

Raquel Gomes Caetano Ferreira, representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género;-----

Nuno Miguel Aguiar Meneses, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----

- Francisco Coelho, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----
- Berto Messias, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----
- Maria Judite Gomes Parreira, Deputada da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----
- Artur Lima, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;-----
- Graça Silveira, Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 57/X – “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”.-----

O **Conselheiro Paulo Barcelos** usou da palavra e disse que, uma vez que tinham dois documentos, no ponto um e dois da ordem de trabalhos, que de alguma maneira tinham semelhanças em termos dos seus conteúdos, começava por fazer uma introdução dizendo que, em nome pessoal, era adepto dos Orçamentos Participativos e que enquanto representante das coletividades que representava já tinha tido hipótese, no passado, de trocar impressões e os Orçamentos Participativos eram, efetivamente, algo de bem visto pelas mesmas, de uma forma em geral, nomeadamente pelas coletividades de ambiente como forma de se conseguir mais daquilo que eram dinheiros públicos a favor de mais pessoas. Naquele caso em concreto, relativamente ao primeiro documento, disse que necessitava de esclarecimentos em relação ao artigo quarto e ao artigo décimo sétimo, ponto quatro, pois não conseguia perceber a relação existentes nos mesmos. Informou que esse era o único reparo que fazia àquele documento, porque no geral achava que as intenções eram de salutar.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** interveio e disse que podia partilhar a sua interpretação, que tinha a relatividade que tinha, mas como havia mais algumas intervenções iam tentar. Acrescentou que achava que os deputados também poderiam trazer mais alguma informação que clarificasse mais algumas questões que estavam na Mesa.-----

h

O **Conselheiro Álamo de Meneses** interveio para dizer que, se calhar, para uma economia da discussão e como os dois pontos acabavam por ser gémeos, propunha que os mesmos fossem discutidos em simultâneo. Acrescentou que o que sabia era o que tinha lido ali, pelo que ia fazer uma interpretação por analogia com outras situações. Disse que o que era hábito era ser por círculo, naquele caso por ilha, ou seja, a três por cento do desagregado da ilha, obviamente cada ilha decidia o seu orçamento, por exemplo a Terceira teria direito a se pronunciar sobre três por cento da Terceira e não sobre São Jorge ou sobre outra ilha qualquer, e vice-versa, pelo que era isso que estava em causa. -----

O **Conselheiro Paulo Barcelos** usou da palavra e disse que havia comparado os dois documentos e que no do PSD, no ponto décimo primeiro dizia que "Ao Governo Regional caberá promover o equilíbrio na distribuição da verba correspondente pelas diversas ilhas", pelo que dava uma ideia diferente, dava a ideia de que existia um bolo regional afeto à região, que seriam os três por cento, que seria distribuído de acordo com as candidaturas/propostas das várias ilhas. -----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** interveio e disse que, na prática, havia sempre um bolo regional. Relativamente à primeira proposta, disse que esta já definia que era uma percentagem fixa da componente orçamental que tocava a cada uma das ilhas e que pensava que era isso que, eventualmente poderia ser discutido, se bem que era verdade o que o **Conselheiro Álamo** havia dito, ou seja, que se iam pronunciar sobre a Terceira, mas que se calhar, naquela fase, também tinham que ter uma visão mais lata das coisas. Acrescentou que, na prática significava que quanto maior o bolo do orçamento regional que cada ilha tivesse, maior a componente que ia buscar para o Orçamento Participativo. Referiu que, ir buscar diretamente, ao bolo regional uma percentagem sobre aquilo que tocava a cada ilha, no caso da Terceira andava sempre à volta dos vinte e dois, vinte e cinco por cento, mas que no caso das ilhas mais pequenas essa percentagem não era assim, era extremamente variável, conforme o que estivesse previsto no orçamento da região para essa ilha. Acrescentou que quando era referido pelo PSD que cabia ao Governo Regional, era ter algum sentido de expurgação dos efeitos que se podiam materializar no Plano, porque aquilo era visto ano a ano e não para quatro ou cinco anos. Concluiu dizendo que a forma como estava escrito podia ser deturpadora, mas que por outro lado se queriam que

aquele instrumento fosse de combate a assimetrias regionais, se calhar tinham que propor que houvesse ponderações de majoração ou minoração, tendo em conta outros fatores.-----

O Conselheiro Paulo Barcelos tomou a palavra e disse que achava que a ideia não era bem aquela. Disse que um Orçamento Participativo devia refletir a vontade da população, ou seja, tinha que ser votado, mas que isso era uma coisa que faltava ao documento do PSD e que não percebia porquê. Acrescentou que havendo votação, não deveria ser valorizada em demasia a intervenção do Governo Regional, em detrimento daquilo que havia sido a vontade popular. De seguida apresentou um exemplo, ou seja, disse que havendo duas candidaturas numa ilha, em que ambas eram muito participadas porque eram necessidades e o público tinha ocorrido a demonstrar isso mesmo e havendo outra candidatura numa outra ilha, apresentada por uma pessoa só, que não tinha tido qualquer tipo de votação, se o Governo ia fazer uma distribuição pelas duas ilhas, em vez de aprovar, por exemplo, as duas candidaturas que mobilizaram a população, custava-lhe a perceber isso, pelo que achava aquele ponto um pouco estranho. -----

O Conselheiro António Pedro Inocêncio iniciou a sua intervenção dizendo que a CGTP Açores não tinha nada contra a consagração, na Região Autónoma dos Açores, de um Orçamento Participativo. Disse que consideravam que a forma mais correta para o fazer era através de um projeto de Decreto Legislativo Regional e não de um Projeto de Resolução, uma vez que esse constituía uma mera recomendação dirigida ao Governo Regional dos Açores. Para além disso, disse que consideravam que a proposta apresentada pelo CDS-PP continha um aspeto fundamental, que era o facto da dotação considerada ter como referências os valores desagregados do Plano por cada ilha, mas que, apesar disso, existiam aspetos que careciam de melhoramento para clarificar e agilizar os aspetos dos seus procedimentos. Por último, alertou para a existência do Conselho Regional de Concertação Estratégica, órgão consultivo e de concertação do domínio das políticas económicas, sociais e ambientais e que vinha sendo esvaziado das suas competências, tendo-lhe sido dado, pelo Governo Regional, um papel meramente consultivo. Acrescentou que aquele era um claro exemplo de que muitas vezes tinha-se criado novas formas de participação porque não se tinha tido a

h
capacidade de potenciar, a todos os níveis, os instrumentos de organismos já existentes.-----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que o Sr. Presidente do Conselho de Ilha já havia feito um conjunto de interpretações que estavam corretas, mas que havia outra coisa que era preciso esclarecer e que, efetivamente os dois projetos de resolução eram diferentes e baseavam-se em pressupostos diferentes. Disse que o projeto de resolução do CDS tinha uma perspetiva um pouco mais localizada dos problemas e do enfoque, por ilha, dos mesmos. Enquanto o do PSD tinha uma abordagem um pouco mais baseada no enfoque regional dos problemas. De seguida deu dois exemplos dessas situações e disse que eram interpretações diferentes da forma como poderiam ser colocados à escolha das populações os temas a inserir no Orçamento Participativo e que tudo isso dependia da maneira como as propostas a votar e o cabimento orçamental respetivo fosse colocado à consideração. Concluiu dizendo que isso eram duas abordagens diferentes de cada um dos dois projetos de resolução.-----

O Conselheiro Pimentel Dias usou da palavra e disse que também entendiam que a forma adequada para apresentar, na Assembleia Legislativa Regional, o Orçamento Participativo, era como Decreto Legislativo Regional e não projeto de resolução, uma vez que, no caso de aprovação, se deixava na mão do Governo Regional a construção daquela forma de Orçamento Participativo. Seguidamente disse que concordavam com o Sr. Presidente do Conselho de Ilha, ou seja, que os critérios para definir o Orçamento Participativo deveriam ser definidos ao nível de ilha, pelo que deveriam saber, atempadamente, quais eram esses critérios para que as populações, depois pudessem apresentar os seus projetos.-----

O Conselheiro Álamo Meneses iniciou a sua intervenção dizendo que as propostas eram muito desiguais, quer do ponto de vista do grau de maturação, quer do seu desenvolvimento. Acrescentou que não lhe parecia que deveriam estar a apreciar, as mesmas, como documentos finais, uma vez que existiam coisas, nalguns casos, muito insipientes. Contudo, disse que naquela que estava mais desenvolvida, ou seja, a apresentada pelo PP, havia um conjunto de questões que os deviam fazer pensar e que tinham que ver com o conceito de democracia representativa e com aquilo que deveria ser o papel dos eleitos, aos diversos níveis, e aquilo que deveria ser o papel daquele Órgão ou também do Conselho Regional de Concertação Estratégica. Disse que estarem

a criar uma espécie de sistema eleitoral paralelo, ou seja, a criar mais um mecanismo eleitoral, que vinha desvirtuar aquilo que existia e que devia ser reforçado e enobrecido, não lhe parecia que fosse um bom caminho para a democracia. Referiu que concordava que as pessoas deviam participar, que existiam já muitos mecanismos de participação e que não tinha nada contra que se criassem outros mecanismos de participação, mas que eles nunca deviam competir, nem colocar em causa aquilo que era o mais nobre de tudo isso, que eram as eleições livres e democráticas. Disse, ainda, que ao aceitarem uma proposta como a do PP, estavam a fazer isso mesmo, estavam a criar uma espécie de eleições à parte, com uma assembleia de voto. Concluiu dizendo que, do seu ponto de vista, por uma questão de prudência, aquelas eram duas propostas claramente para rejeitar, uma porque não estava suficientemente desenvolvida e outra porque ia num caminho que lhe parecia um mau caminho para a democracia.-----

O Deputado António Toste Parreira usou da palavra para retificar o que havia dito o Deputado Luís Rendeiro, ou seja, que não estavam perante dois projetos de resolução, mas sim perante um projeto de resolução e uma proposta de decreto e para dizer que o PS estava aberto a essas propostas. Disse que, também para lembrar que já era feito um grande esforço no sentido de ouvir muitas entidades, para que não se pensasse que nada era feito. Relativamente às duas propostas, disse que era da opinião do Conselheiro Álamo, que estavam perante duas propostas diferentes uma da outra. Referiu que a do PP era mais consistente, mas que pecava pela razão já apontada e que o projeto de resolução do PSD, não dizia grande coisa, mas que havia uma coisa que, pessoalmente, não concordava, ou seja, não via como era possível resolver o facto de a proposta fazer parte do Plano, para dois mil e dezasseis, quando esse já estava aprovado. Informou que havia imprimido dois pareceres, um do Conselho de Ilha do Faial e outro da Câmara de Comércio e Industria onde referiam algumas das coisas que eles já começavam a perceber e a ver. Mencionou que, relativamente à proposta do PSD, dizia que "...seja como for, o Conselho de Ilha do Faial, não está de acordo com o facto da percentagem do Plano, a colocar no Orçamento Participativo, seja global..." e, depois, relativamente ao CDS-PP considerava que ele tinha algumas coisas boas, mas que merecia claramente de um grande melhoramento, que era o que também estavam a pensar. Relativamente ao parecer da Câmara de Comércio e Industria, disse que este

h

não valorizava muito isso, achava que devia ser mais ao nível local e não ao nível regional, visto que já era uma concertação alargada. Acrescentou que se o objetivo era resolver alguma coisa, em termos financeiros, achava que o Conselho tinha que perceber o que é que queria, se realmente era global ou era por ilha, sendo que por si achava que deveria ser por ilha, mas que para darem um passo em frente tinham que estar bem fundamentados, com propostas mais concretas. Concluiu dizendo as duas propostas em causa, eram inconsequentes e divergiam uma da outra, uma era um projeto de resolução e outra era uma proposta de decreto, completamente diferentes.

O Deputado Luís Rendeiro tomou da palavra para esclarecer e disse que as propostas eram diferentes, porque a do CDS era um projeto de Decreto Legislativo Regional e a do PSD era um projeto de resolução e eram, efetivamente, diferentes porque o CDS já dizia como é que queria que funcionasse e o PSD fazia um projeto mais genérico para permitir ao Governo regulamentar a forma como queria que fosse feito. Acrescentou que era de propósito, não era uma coisa vaga, era para dar espaço a quem estava mandatado para governar poder tomar as decisões que entendesse, no âmbito de cada documento previsional que apresentasse em cada ano decidir o que fazer naquele ano. Continuou a sua intervenção dizendo querer refrescar a memória do Sr. Deputado António Toste, ou seja, que no documento dizia dois mil e dezasseis porque aquele projeto de resolução havia sido apresentado no Parlamento com caráter de urgência, para ser aprovado naquela hora e poder, ainda, ser tido em conta para o Plano e Orçamento aprovados na semana anterior, mas como o mesmo tinha sido chumbado pelo PS, transitava para as comissões, eram ouvidos os Conselhos de Ilha e fazia-se todo aquele processo que estava a decorrer. Acrescentou que o que estava em causa era, em primeiro lugar, a reflexão feita pelo Professor Álamo Meneses, ou seja, as pessoas perceberem se eram a favor ou contra os Orçamentos Participativos em sentido lato, sendo que deveria haver quem fosse a favor destes, por entender, como eles entendiam, que aproximava os cidadãos e as instituições das escolhas que era feitas na governação local regional, como poderia haver quem fosse contra. Repetiu que a forma como eles estavam construídos era, efetivamente, diferente, porque o do CDS já dizia como é que queria especificamente que as coisas fossem feitas e o do PSD permitia, a quem estava no Governo, decidir. Sendo que, em termos de atuação prática, o do CSD previa uma abordagem mais local, mais de ilha e o do PSD previa uma

proposta mais regional. Concluiu dizendo que, como base e como ponto de partida de documentos que podiam ser melhorados, negociados e alterados, sendo eles a favor dos Orçamentos Participativos, iriam ter uma posição favorável a qualquer um dos dois documentos.-----

O Deputado António Toste Parreira interveio para clarificar que perante uma matéria complexa, onde não era fácil decidir, não podiam aceitar um projeto de resolução com dispensa de exame e comissão à presa, para se fazerem as coisas mal. Acrescentou que se estavam num empasse entre duas propostas, onde existia um grande trabalho a fazer, como é que podiam aprovar um projeto de resolução, com dispensa de exame e comissão, para fazer tudo à presa e tudo mal. Informou que, por essa razão, é que não aceitavam, pois não tinham tempo útil para fazer o que quer que fosse antes do Plano e Orçamento de dois mil e dezasseis.-----

O Conselheiro Paulo Barcelos na sua intervenção disse que, nos Açores, já havia entidades públicas com Orçamento Participativo, nomeadamente a nível das Autarquias e que havia dois momentos, que eram as entidades não terem dinheiro para fazer duas coisas, mas sim apenas para uma, colocavam como investimento, ou no âmbito do Orçamento Participativo ou investimento participativo pela população e esta fazia uma opção entre qual dos dois projetos achava prioritário avançar e, paralelamente a isso, havia espaço para que as próprias pessoas e coletividades apresentassem os seus projetos. Referiu que era preciso não esquecer que havia sempre uma participação, mais ou menos ativa, da população, que tinha que estar esclarecida e que tinha que votar. Acrescentou que as assembleias de voto que via na proposta do PP, deveriam ir naquele sentido, ou seja, eram uma forma de esclarecer as pessoas e, eventualmente, de preparar a votação. Mencionou que não era preciso ser assembleia de voto, que poderia ser sessões de esclarecimento, propostas pelos próprios proponentes das candidaturas, sendo que a forma de votar também não tinha que ser em assembleia de voto, podendo ser feita uma votação on-line, mediante a identificação da pessoa, demonstrando que era residente na ilha e votando a candidatura pretendida. Concluiu dizendo que, para si, o facto de constar uma assembleia de voto, da forma como estava, não valorizava de forma nenhuma nem pensava que fosse nenhum atentado à democracia regional, como referido pelo Professor Álamo.-----

4

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** interveio e disse que a Mesa tinha algumas notas genéricas, uma vez que tinham que apresentar um parecer referente às propostas apresentadas, que gostaria de deixar à consideração de todos os conselheiros, de forma a poderem ultimar aquela que seria a resposta do Conselho de Ilha. Acrescentou que, na essência, achava que havia uma questão ali abordada que havia ficado clara, ou seja, que não havia nenhum conselheiro que fosse exatamente contra os Orçamentos Participativos. Disse que havia muitas situações de Orçamento Participativo, de foro municipal, que funcionavam e que as dúvidas principais que tinham levantado se aplicavam numa perspetiva regional e não local, porque se estavam a falar nos melhores projetos para o concelho, automaticamente aqueles que conhecia não dividiam o orçamento por freguesia, sendo que isso, na sua opinião, tenderia a acontecer no âmbito de uma aplicação regional, ou seja, que era provável que se houvesse um plaform regional e que qualquer tipo de candidatura fosse feita a esse plaform regional, era mais um elemento que iria piorar a questão das assimetrias que estavam a acontecer, relativamente ao desenvolvimento das diferentes ilhas. De seguida leu a proposta de parecer elaborada pela Mesa.-----

O **Conselheiro Sandro Paim** usou da palavra e disse que a Câmara de Comércio de Angra, à semelhança da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, ia votar contra as propostas em causa, uma vez que já existiam vários órgãos participativos, pelo que não via necessidade de se estarem a criar outros organismos.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** interveio e questionou se o conselheiro votava contra o Orçamento Participativo na generalidade.-----

O **Conselheiro Sandro Paim** respondeu que era na generalidade, nos dois.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** questionou se mais alguém queria dizer como iria votar.-----

O **Conselheiro Álamo Meneses** respondeu que também votava contra a generalidade dos dois.-----

O **Conselheiro Paulo Barcelos** interveio e disse que não ia votar o documento, mas sim o parecer e que quanto a este, daquilo que havia sido dito, achava que estava bem estruturado. Concluiu dizendo que, em relação ao parecer, iria votar a favor.-----

O **Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** acrescentou que seria com o último parágrafo a dizer que não estavam reunidas as condições para darem um parecer

favorável, apesar de na essência o ser. Acrescentou que era importante distinguir duas coisas, ou seja, uma era terem um parecer favorável, na globalidade, à existência de Orçamentos Participativos e outra era estarem contra os mecanismos que estavam definidos para o operacionalizar.-----

O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra para um esclarecimento em relação à sua posição manifestada e ao documento em causa. Disse que na questão dos Orçamentos Participativos, no abstrato, achava que nenhum dos presentes, pelo menos ele, se sentia contra, que se sentia contra as presentes formas de Orçamento Participativo. Explicou como funcionava o Orçamento Participativo, na área da juventude, na Câmara de Angra e disse que o mesmo se encontrava dentro de uma democracia representativa de órgãos que funcionavam nesse âmbito. Acrescentou que o que lhe chocava era se se saísse desse sistema de democracia representativa e se fizessem coisas ao lado, pois aí estariam a dizer que afinal os eleitos não haviam sido bem eleitos. Posto isso, disse que entrando nessas coisas, estariam a desvirtuar a própria posição, razão pela qual lhe parecia que o parecer elaborado era equilibrado. Mencionou que o que estavam a dizer não era que não se falasse mais no assunto, mas sim que aquele não era, ainda, o caminho. Concluiu dizendo que achava que aquela era a posição mais prudente porque, de facto, havia algumas virtualidades nos Orçamentos Participativos que poderiam ser usadas de futuro.-----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que em primeiro lugar era preciso decidir se as pessoas, o Conselho de Ilha, eram a favor ou contra os Orçamentos Participativos, tal como já havia dito na sua primeira intervenção. Acrescentou que, na ótica do PSD, não havia que ter medo de nenhuma forma de democracia, fosse ela mais ou menos aberta, mais ou menos representativa, sendo que achava que essas coisas podiam ser uma boa maneira das pessoas participarem e darem o seu contributo a partir de casa. Referiu que o Conselho de Ilha tinha que ser mais coerente, porque há pouco tempo, aquando da emissão do parecer, genericamente favorável, ao Plano e Orçamentos Regionais, tendo em conta aquilo que eram as matérias que diziam respeito à Terceira, tinha elencado um conjunto de motivos pelos quais deveria reprovar o mesmo, sendo que, enquanto o Conselho de Ilha estava a manifestar-se em relação à anteproposta do Plano, surgiu a proposta definitiva do Plano e Orçamento e nenhuma das sugestões do Conselho de Ilha tinha sido atendida. Acrescentou que, após isso, ninguém tinha dito

h.

que, tendo em conta que isso não tinha acontecido, estava contra, pelo que as posições do Conselho de Ilha da Terceira tinham que ser muito claras, porque os pareceres ou eram ou não eram, se para uns casos eram positivos com salvaguardas, para outros eram negativos com salvaguardas. Concluiu que queria apenas deixar mais essa reflexão, porque, de facto, lhe parecia que não tinha sido só com a Terceira, mas que com a Terceira tinha acontecido, recomendações do Conselho de Ilha, para os problemas da Terceira que não estavam abordados nos documentos previsionais, que não tinham sido motivo de tratamento adequado, pelo que, se calhar, isso também merecia uma posição pública do Conselho de Ilha.-----

O Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes usou da palavra e disse que só queria lembrar que a posição de votação deles iria ser igual à da Câmara de Comércio e que queria explicar, rapidamente, o porquê. Explicou que Orçamentos Participativos Regionais sabiam o que ia acontecer, que as votações de qualquer situação iam pender sempre para a vontade de uma ilha que tinha uma população muito maior.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro interrompeu e disse que aquela proposta não existia, que o que estava no documento era um plafom de três por cento, do Orçamento, por cada ilha, pelo que o que o Conselheiro estava a referir como motivo para votar contra, não tinha nada a ver com o que ali estava. Posto isso, pediu ao Conselheiro Fernando Sieuve que não utilizasse aquele argumento.-----

O Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes retomou a sua intervenção dizendo que havia um outro argumento que era, se havia o Conselho de Ilha da Terceira, a representar todas as forças vivas da ilha, para tomar decisões, para quê pedir mais votações fora do mesmo, assim acabassem com o Conselho de Ilha e criassem uma Assembleia de Ilha. Concluiu dizendo que retirava o primeiro argumento e ficava com o segundo, votando, assim, contra.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, usou da palavra e disse que não estavam a aprovar nenhum projeto. Acrescentou que a questão tinha começado por ser um projeto de resolução/projeto de Decreto Legislativo Regional em que eles, e bem, já se haviam desprendido relativamente a esses documentos e entendiam que da forma como os mesmos tinham vindo, não reuniam as condições para parecer favorável. Disse pensar que era importante darem uma indicação ao Governo Regional, que era quem tinha maioria parlamentar e quem podia decidir o que fazer com os

4

Orçamentos Participativos. Relembrou que o que estava, naquele momento, em causa era o parecer e que este visava levantar um conjunto de questões relativas ao material existente, onde demonstrasse a vontade maioritária, ou seja, primeiro, se no geral, independentemente da forma como se aplicava, se eram a favor ou contra os Orçamentos Participativos, segundo, se quisessem deixar alguma sugestão de como o mesmo pudesse ser operacionalizado, sendo que não era isso que, naquela fase, era pedido. Concluiu dizendo que, pelo menos, teria de perceber se eram a favor ou contra, na generalidade, haver três por cento do orçamento da região que não fosse decidido pelo Governo Regional.-----

O Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes interveio, novamente, para dizer que só seria a favor se fosse através do Conselho de Ilha, porque isso não é que estava em votação, logo se não o estava, era contra. Concluiu dizendo que ou aparecia uma possibilidade de votar, que seria logo a favor dos Orçamentos Participativos, se fossem decididos em Conselho de Ilha, ou se não aparecesse votaria contra.-----

A Conselheira Ana Rita Branco iniciou a sua intervenção dizendo que era contra os Orçamentos Participativos, explicando o porquê, ou seja, disse que pertencia ao poder local e que este é que levava, junto do Governo, as prioridades e projetos para as freguesias, sendo que o que era prioridade para a sua freguesia estava no orçamento do Governo e da Câmara. Posto isso, disse que não estava a ver a necessidade de se criar outro mecanismo que só ia atrapalhar. Concluiu repetindo que era contra, que achava que aquilo era matar o poder local e que estava ali em defesa deste e da sua população.-----

O Conselheiro Pimentel Dias interveio para solicitar que, antes de se colocar o parecer a votação, se relesse o último período do parecer.-----

O Deputado Paulo Ribeiro usou da palavra e começou por dizer que era favorável aos Orçamentos Participativos e que quando se falava que estavam a criar mais um mecanismo para atrapalhar o que podia dizer, em relação a isso, era que estavam simplesmente a criar mais um mecanismo e que todos os mecanismos, todas as formas de participação popular e intervenção e, de certa forma, democracia direta, eram de aceitar e de apoiar. Referiu que a Conselheira Rita Branco havia dito que isso seria matar o poder local, se um Orçamento Participativo era matar o poder local, então os Conselhos de Ilha também o eram, porque eram uma outra forma de dar parecer,

h

seguindo o raciocínio da Conselheira. Disse que os Conselhos de Ilha eram uma forma, também, de Orçamento Participativo, que o que era preciso era que funcionassem, que fossem consequentes e que não estivessem, constantemente, em posição de ninho, porque isso era não existir. Acrescentou que no momento em que deixavam que tudo acontecesse, que tudo passasse e que tudo ficasse como estava era darem razão para as não existências. Mencionou que quando o Conselho de Ilha levantava a voz, propunha, exigia, e muito bem, soluções para a Terceira, tendo em conta os interesses da ilha e não única e exclusivamente os interesses partidários, enquanto isso não acontecesse não valia a pena falar em Orçamento Participativo e rejeitar qualquer forma de participação pública, quando as que existiam não funcionavam faziam-se outras. Concluiu dizendo que o Conselho de Ilha tinha que defender os interesses da Terceira, porque as coisas como estavam não podiam continuar.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro releu a proposta de parecer, com as devidas alterações.-----

O Conselheiro Paulo Barcelos interveio e disse que ia votar, que votava a favor mas que queria deixar uma ressalva, ou seja, que as pessoas que se haviam manifestado, determinadamente, contra Orçamentos Participativos, se assim o entendesse, figurassem na lista como, de uma forma geral, uma vez que iam ter que se manifestar a favor ou contra.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro interrompeu e informou que isso já constava da ata, as várias intervenções. -----

O Conselheiro Paulo Barcelos disse que era isso, que a ata acompanhasse o parecer.----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro interveio e explicou que aquilo que iam dizendo iria contar da ata a ser aprovada em próxima sessão. De seguida procedeu-se à votação do parecer.-----

(Texto integral, do parecer, faz parte integrante da presente ata). -----

Submetido à votação, o parecer, foi aprovado por maioria, com uma abstenção e um voto contra.-----

O Conselheiro Péricles Ortins apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Concordando com o conteúdo do parecer, com exceção do último parágrafo, como sou favorável aos Orçamentos Participativos, tudo o que seja de participação alargada, votei contra este parecer.”-----

h

2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 133/X – “PLANO DE INVESTIMENTO PARTICIPATIVO”.-----

Este ponto foi apresentado, discutido e votado em simultâneo com o anterior.-----

3. DISCUSSÃO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DA SATA E DA TAP PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA ILHA TERCEIRA, BEM COMO DOS CONSTRANGIMENTOS À UTILIZAÇÃO CIVIL DO AEROPORTO DAS LAJES.-----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro sugeriu que os pontos três e quatro fossem discutidos em simultâneo.-----

O Conselheiro Sandro Paim iniciou a sua intervenção dizendo que tinha outros compromissos, relacionados com a dinamização económica do Porto da Praia, pelo que não teria todo o tempo necessário para discutir aqueles dois pontos. Relativamente à SATA e à TAP, disse que o Conselho de Ilha deveria solicitar a presença dessas entidades para explicarem que estratégias tinham. Disse que tinham uma ideia e que tinham um parecer, mas que era essencial perceber o que iria acontecer no futuro de forma a garantir alguma sustentabilidade no setor do turismo e evitar os constrangimentos surgidos no passado. Relativamente à promoção, disse que sabiam que a TAP estava a desenvolver alguma promoção para a ilha, bem como outros operadores, mas que era apenas isso que estava a ser feito, pelo que, no entender da Câmara de Comercio, em relação ao ponto em causa, era essencial convidar o Presidente da SATA e alguém representante da TAP para esclarecimentos. Em relação aos constrangimentos de utilização civil do Aeroporto das Lajes, no caso dos passageiros, disse que havia pareceres da Câmara de Comércio e que esta poderia enviá-los aos Srs. Conselheiros, no caso das cargas, disse que havia a Comissão da Industria que estava a trabalhar o assunto, bem como a Comissão do Turismo, ao nível dos constrangimentos do transporte de passageiros, que poderia também dar parecer. Relativamente à estratégia para a dinamização económica do Porto da Praia da Vitória, disse que era bem conhecida a posição da Câmara de Comércio, que os prazos estavam muito apertados, que iam voltar a reunir com o Sr. Secretario para ver se resolviam, de uma vez por todas, a possibilidade de candidatura a fundos comunitários. Acrescentou que a estratégia era simples, ou seja, era tornar aquele espaço num espaço competitivo

de *transshipping* internacional de contentores e de captar um conjunto de portes, quer da Europa quer dos Estados Unidos. Acrescentou que já tinham esses parceiros, que havia uma candidatura que tinha que ser apresentada a Bruxelas e que, naquele dia, a Câmara de Comércio estava a assinar um protocolo para desenvolver o processo de preparação da referida candidatura, a ser entregue até trinta de janeiro. Concluiu dizendo que aquele era o ponto atual da situação e que acreditavam que ia ser possível.-----

O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra e disse que, em relação à questão do transporte aéreo, achava que estava na altura de valorizarem, um pouco mais, a entrada da Air Berlín no circuito, quer do ponto de vista da promoção que era feita junto daquele público, quer do ponto de vista político, no sentido de valorizar. Acrescentou que estavam condenados a replicar a Ponta Delgada e de ter a EasyJet ou a Ryanair, que já lá estavam, mas que podiam ter outras empresas a fazerem um melhor serviço, porque as ligações para Lisboa, com melhor ou pior vantagem, vinham sendo asseguradas pela TAP e pela SATA. Disse achar que havia um filão que era preciso explorar e valorizar. Referiu que quando diziam que nenhuma low cost ia voar para as Lajes, não era verdade, nenhuma low cost, por agora, anunciou que ia voar para as Lajes, mas que iam ter uma low cost, de grande peso, a voar para as Lajes a partir de abril. Continuou a sua intervenção dizendo que outra questão que lhe parecia também importante era o facto de ser necessário, de uma vez por todas, eliminar todas as restrições à utilização civil das Lajes e que isso passava por iniciativa legislativa, que tinha que ser levada a cabo junto do Governo da República. Acrescentou que era importante que isso se fizesse e que se resolvesse, porque se se mantivessem naquele impasse desincentivava, completamente, qualquer crescimento de atividade e que uma boa parte da dificuldade em atrair low cost às Lajes tinha que ver com isso, pelo que era importante resolver essa questão. Em relação à questão do Porto, ao projeto da Câmara de Comércio, disse que não era contra o mesmo mas que achava que iriam ter algumas dificuldades em terem um sucesso da maneira como queriam, mas que havia um outro caminho, que era o que estava previsto no PROTA e que já havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa Regional e que era esse que devia ser desenvolvido. Disse que outra questão que era preciso ver-se, porque também existiam interesses nessa área, era se havia ou não interesse numa concessão de exploração do

Porto da Praia a outra entidade, sendo que isso poderia ser no âmbito daquilo que a Câmara de Comércio queria e que, obviamente, era preciso garantir o acesso local ao mesmo. Acrescentou que a questão da concessão do Porto poderia abrir as tais ligações internacionais que a Câmara de Comércio queria fazer, e que ao abrir essas ligações já não seria uma candidatura pequena dali, mas sim uma candidatura grande de fora e que isso tinha outra importância, muito maior. Concluiu dizendo que também deveriam colocar essa questão em cima da mesa. -----

O Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes iniciou a sua intervenção dizendo que antes de falar sobre a SATA, a TAP e o Porto da Praia, ia tentar esclarecer as pessoas sobre o que se passava com a plataforma logística de Ponta Delgada e da Terceira e com a aceitação, ou não, da parte das outras ilhas, principalmente do Faial. Disse, então, que sempre que havia um transbordo de mercadorias na ilha Terceira, a Câmara de Comércio do Faial ia à comunicação social dizer que isso não podia ser, mas que quando o mesmo acontecia em Ponta Delgada, nunca se ouvia a Câmara de Comércio falar, pelo que não percebia o que se passava. Sobre a SATA, a TAP e o Aeroporto, disse que a estrutura não dava resposta, mesmo a nível de passageiros não era boa e a nível das cargas não tinha classificação possível. De seguida enumerou vários constrangimentos pelos quais os operadores passavam aquando da utilização da SATA mercadorias e disse que eram situações de terceiro mundo e que estava tudo mal. Em termos de disponibilidade de passageiros da SATA e da TAP disse que lhe dava vontade de rir quando diziam que agora havia promoções, mas que questionava para quem eram essas promoções, pois os empresários quando necessitavam de se deslocar a algum sítio pagavam um balúrdio. Acrescentou que já se tinha apercebido que mesmo pagando seiscentos ou setecentos euros quando o Governo Regional devolvia à pessoa, através do correio, o dinheiro para que a passagem ficasse pela quantia de cerca de cento e quarenta euros estava, automaticamente, a financiar a TAP e a SATA. Disse ainda que a SATA já havia baixado quase dez milhões de euros o seu prejuízo e que era um bom processo financiar essas duas empresas, mas que achava que poderiam investir esse dinheiro em outras coisas. Relativamente ao Porto da Praia, disse que havia portos, na Europa, na África, que eram fundamentais à navegação de mercadorias. Lembrou que Porto de Sines só havia ido para a frente aquando da sua privatização. Mencionou que havia outra situação que se punha, ou seja, o Canal do

h

Panamá, que tipo de manobras ia criar, porque tinha um mapa com os investimentos que estavam previstos para o Porto de África do Sul, do Cabo em que os mesmos estavam parados, porque naquele momento o fluxo era grande, mas estavam sem saber qual ia ser o circuito dos navios quando o Canal do Panamá abrisse completamente com a vinda dos gigantes de contentores que iam poder passar por lá. Falou dos meios que o Porto da Praia tinha disponível para operar, de como os mesmos falhavam e que o mínimo que se esperava era haver dois rebocadores e gruas de braços. Em relação ao Porto e ao PROTA, disse que não percebiam porque é que ainda não tinha sido implementado, que isso não dependia da vontade dos terceirenses, que só dependia da vontade da Assembleia Regional, ou seja, a Assembleia Regional tinha que decidir se ia ou não implementar o PROTA, e o Governo, a seguir, tinha que saber se havia ou não financiamento. Concluiu dizendo que em termos de transportes e de Portos os circuitos tinham que ser pensados com um conhecimento bem claro do que eram as necessidades da Europa e da América, porque nos circuitos para barco de pequena e média dimensão tinham uma palavra a dizer, mas que não era minimamente aceitável, com o tipo de abordagem que tinham para oferecer a essas empresas, terem apenas um rebocador e um guindaste.-----

O **Conselheiro Péricles Ortins** interveio e disse que concordava, na generalidade, com o que o Conselheiro, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, havia dito, que este tinha sido objetivo e que pensava que esse era um dos assuntos que podiam continuar a falar no Conselho de Ilha. Relativamente ao Conselheiro Fernando Sieuve, disse que também concordava com tudo o que tinha dito e que era bom ficar registado em ata as suas observações. Relativamente à SATA, disse que esta era importante naquilo tudo, mas que a mesma dependia do seu acionista, pelo que o Conselho de Ilha era muito importante naquele ponto, porque se o Conselho de Ilha estava a ser ouvido, se o acionista era o Governo Regional, era um dos pontos em que estavam. Relativamente à TAP, disse não saber se era assim tão importante, porque iam ver como ia decorrer o processo com a mesma, que se fosse num determinado sentido, como estava naquele momento, tinham que tratar com a companhia, com alguns princípios de serviços públicos, mas que de outra forma, se voltasse a ser uma empresa de maioria pública, tinha também um caminho. Acrescentou que isso tudo relacionado, tal como havia dito o Conselheiro Fernando Sieuve, era uma forma de

42

financiamento indireto às companhias, se boa ou má não sabia mas que para quem queria chegar à ilha, em determinadas alturas, não tinha sequer essa forma de receber. Informou que, no passado Verão, muitas tinham sido as pessoas que não tinham conseguido vir, que eles, com alguma dificuldade, ainda conseguiam ser ressarcidos, que esse problema era um, mas que o outro problema era o maior turismo dos Açores, o turismo nacional, que se estava a perder, pelo que tinham que saber o que fazer para que a situação não se repetisse. Concluiu dizendo que, relativamente ao que o Conselheiro Sandro Paim havia dito, gostava de receber e de conhecer os documentos, porque, embora mais para o futuro, pensava que também tinham lugar a discussão na próxima reunião. -----

O Deputado Paulo Ribeiro usou da palavra e disse que, em relação ao que se estava a passar na ilha, entroncando um pouco com o ponto anterior, com a questão da redução da Base das Lajes, que todos conheciam, que todos estavam a viver e que o Conselho de Ilha, tal como todos os órgãos eleitos ou representativos na ilha já se haviam pronunciado sobre o assunto, ou seja, era uma situação que já se sabia há muito tempo e que, infelizmente, depois das coisas começarem a tomar forma, e a se sentir na pele é que haviam começado a agir. Referiu que o PROTA era um bom exemplo disso, estando o mesmo aprovado desde dois mil e onze ou doze. Relativamente à plataforma logística, lembrou que o Conselheiro Sieuve tinha questionado sobre o porquê das coisas não irem para a frente, e disse que isso não acontecia por uma questão de coragem política, porque a criação de uma plataforma logística mexia com os interesses de muita gente e que quem estava no poder, muitas vezes não o fazia por isso mesmo, além de outras questões, nada tinha que ver com o Porto ou o desenvolvimento, naquele caso em concreto, da ilha Terceira. Informou que era favorável à plataforma logística, independentemente das posições que os partidos pudessem ou não tomar sobre ela. Disse que se a plataforma fosse integrada num conceito mais lato, aquele que vinha sendo defendido pelo Conselho de Ilha, pelo Município da Praia, pelas Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores e de Angra do Heroísmo, que era a história da conceção do Porto da Praia, se isso tudo fosse integrado, melhor ainda. Disse que o concurso público referido tinha uma vantagem enorme, que era a de uma vez por todas saber-se se o Porto da Praia interessava ou não a alguém. Em relação ao Aeroporto, a questão da utilização civil, disse que era

h.

evidente que não podia ficar no campo das intenções e que era evidente que se tinha que tomar posições públicas e oficiais, ou seja, tinha que ser oficializado e assumido como vontade de todos. Acrescentou que fossem concebidas as maiores facilidades na utilização do Aeroporto, e não só deste como também do Porto, porque a questão do, habitualmente, chamado Molho Americano tinha um problema que não era semelhante, era pior, porque esse é que não podia mesmo ter utilização civil e terem um Porto de um lado, um cais de um lado e um cais do outro, tinham dois cais, pelo que ter dois cais era melhor do que não ter nenhum, era melhor do que não ter nenhum a funcionar. Concluiu dizendo que, praticamente aquilo que naquele momento eram constrangimentos ou impedimentos para o desenvolvimento da ilha, que era esse que deveria ser o interesse maior do Conselho. -----

O Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro interveio esclareceu o que se havia passado no Verão em relação à escassez do número de lugares disponibilizados pela SATA e pela TAP, ou seja, disse que este tinha acontecido perante o espectro da possibilidade de haver low cost, pelo que tinham que perceber qual o enquadramento estratégico dado. Como ponto número um, referiu que o Governo Regional havia colocado lado a lado a Terceira e São Miguel, no âmbito de um processo de liberalização de rotas. Acrescentou que a SATA e a TAP não estavam a fazer serviço público para a Terceira, daí se encontrarem situações como as que se haviam passado, ou seja, acabou-se por ter mais voos, mas sem horários fixos e rígidos como era habitual. De seguida disse que o Aeroporto da Terceira tinha entrado na rota da liberalização, voando para o mesmo quem quisesse, com o número de voos que quisesse e ao preço que a oferta e a procura determinassem. Disse que o argumento da SATA e da TAP era o de que, perante o risco de haver low cost para a Terceira, um ano antes, reduziram em trinta por cento o número de lugares, sendo claro que com a chegada do Verão, havia menos trinta por cento de lugares em relação ao ano anterior, pelo que o foram tendo depois, foram ações paliativas, contudo, sendo um mercado liberalizado o que determinava o preço era a relação entre a oferta e a procura. Referiu que se, efetivamente havia mais pessoas a procurar do que os lugares disponíveis os preços subiam, o que beneficiou, claramente, as duas companhias. Disse que para os residentes, o problema que havia era, sendo que para uma parte das pessoas não havia qualquer problema porque utilizavam o cartão de crédito e eram ressarcidos, mas que

para quem não tinha essa possibilidade tinha que fazer adiantamentos, pelo que essa era uma questão que a mais curto ou médio prazo tinha que se ver como resolver. Relativamente a essa questão, disse pensar que o problema do número de lugares ficaria ultrapassado nos próximos ciclos, uma vez que foram, não só repostas as cotas anteriores como foram aumentados significativamente. Mencionou que o que se tinha passado no último Verão tinha sido demais, que as companhias diziam que tinha sido por causa dos low cost, mas que havia outra versão, que não sabia se era efetivamente verdade ou não, ou seja, que se viesse alguma companhia low cost para a Terceira a TAP abandonava a ilha, sendo que isso já tinha sido comunicado ao mais alto nível na TAP e que não sabia o que pensavam os terceirenses sobre o assunto. Disse que quer a SATA quer a TAP, tinham desenvolvido campanhas para trazer gente e que isso tinha que ser realçado. Acrescentou que o problema que tinham que referir era sobre questões paliativas, ou seja, quando falavam em qual seria a estratégia, sabiam o que ia acontecer, mas não sabiam qual seria a consistência que isso iria ter, pois a partir do momento em que estavam no mercado totalmente liberalizado o que ia mandar era a procura. Disse que ou queriam estar, ou tinham que dizer ao Governo Regional que não eram capazes de estar num mercado liberalizado, que os constrangimentos de utilização aeronáutica civil condicionavam sobre maneira a competitividade da Terceira num mercado liberalizado e que isso tinha que ser o primeiro braço de ferro. -----

Ainda o Sr. Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, e como segundo ponto, disse que relativamente à questão da dinamização económica e do Porto a Câmara Municipal da Praia da Vitória havia sido a primeira entidade a dizer que a solução para o Porto da Praia era por via de um concurso público internacional, que iria permitir resolver três problemas. O primeiro problema era o facto de se ter um conjunto de lóbis instalados, que eram claramente suprapartidários e suprapoder político, pois estavam a lutar sempre contra a mesma empresa, apenas mudando o seu porta-voz. ---

O Conselheiro Álamo Meneses interrompeu e disse achar que, infelizmente, estavam a lutar contra eles próprios, porque aquela era uma questão que é que tinham que saber o que queriam fazer, sendo que a verdade é que não o vinham sabendo. Acrescentou que a matéria do Porto e do Aeroporto já rodava há demasiado tempo e que passavam a vida a atirar para os outros problemas que eram dali e que é que tinham que os resolver, sendo que a verdade é que não o estavam a conseguir. Acrescentou que a

W

questão era deles e que deveria ser, novamente, refletida porque estavam no fim de uma legislatura, numa altura em que já se começava a preparar os programas e as coisas para a próxima, pelo que estava na altura de se falar no assunto a sério. Disse que a questão do Aeroporto era de relativa simplicidade, era uma medida legislativa ou regulamentar que teria de ser iniciada por alguém, tal como a questão do Porto da Praia tinha que ser iniciada por alguém. Mencionou que, outra coisa que tinham de deixar de fazer era o politicamente correto, porque isso estava a ficar um bocadinho excessivo. Acrescentou que o investimento só era necessário se houvesse navios, que a primeira questão era saber o que ia haver no Porto, saber exatamente o que queriam e, depois disso e de haver um projeto viável, fazer o que tinham a fazer, e isso não era essencialmente uma questão de investimento. Disse que o que tinham realmente de fazer era ter um plano concreto para o Porto da Praia, que esse plano existia aprovado numa vertente, a vertente interna, que naquele momento era uma urgência, não apenas por causa do Porto da Praia, mas também por causa da economia da Terceira. Portanto, a primeira questão da Plataforma Logística era levar a sério, a segunda questão, um futuro investimento no Porto da Praia, a Câmara de Comércio tinha uma ideia e achava que tinham a obrigação de a apoiar e ver até onde ela chegava e, depois, havia outra alternativa, que a Câmara da Praia já tinha apresentado, que era abrir o Porto à concessão e ver se ali havia, de facto, interesses competitivos. -----

O Sr. Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro continuou, então, a sua intervenção dizendo que a questão da concessão tinha uma primeira virtude que era rebater poderes de controlo instalados, a segunda era relativamente à questão do investimento, sendo que, em regra, no âmbito da concessão, passava para o potencial concessionário a responsabilidade de suportar o investimento. Relativamente ao Porto, disse que para si se esgotava assim, que a bandeira deveria ser concurso público internacional, passando para os concorrentes as responsabilidades dos investimentos a adotar, tanto mais que era eles que iam decidir que tipo de equipamentos eram apropriados às operações a serem desenvolvidas. Quanto à questão do terminal de cargas, informou que ia, finalmente, avançar, mas com o risco de embargo. Partilhou a informação de que o projeto já havia sido avaliado por várias vezes, no âmbito da Comissão Técnica do Ministério da Defesa e, na visão anterior, tinha dito ao Governo Regional que tinha de baixar um metro e pouco, sendo o projeto todo alterado,

voltando a ser submetido para efeitos de lançamentos de concursos públicos e comunicado, novamente, que tinha de baixar um metro e quarenta sendo que, naquele momento, a posição definitiva era a de não haver mais projetos para baixar. Acrescentou que o Governo Regional, e bem, ia avançar com o primeiro projeto. Que aquilo que o Conselheiro Sieuve havia dito, relativamente à questão de se ter que pagar em dinheiro, tinha toda a razão, pois isso era totalmente ilegal e achava importante que isso fosse comunicado. Disse que a Mesa poderia convidar alguém da SATA para reuniões futuras, bem como alguém da TAP, mas que, relativamente ao que o Conselheiro Sandro havia dito, sobre qual a perspectiva deles para o próximo ano, achava que eles o poderiam fazer nessa altura. Relativamente à dinamização do Porto, disse que em primeiro lugar se deveria exigir que fosse cumprido o que estava no PROTA, sendo que essa era uma questão puramente regional e que o concurso público tinha que ser com a decisão do Conselho, pelo que se entendessem sair uma nota genérica sobre as estratégias futuras da SATA e da TAP a Mesa faria o que entendessem. No tocante à questão dos constrangimentos da aeronáutica civil, disse que podiam tomar uma posição, que a Assembleia Legislativa Regional tinha que tomar uma posição, os municípios tinham que tomar posição nas respetivas Assembleias Municipais, tinha que se criar um elemento. Relativamente à questão do Porto da Praia, na componente internacional, disse que pensava que a solução era a já indicada.

O Conselheiro Sieuve de Meneses usou da palavra para deixar uma nota muito importante. Disse que a TAP lhes havia aumentado em trinta por cento o custo dos transportes no corrente ano, para uma empresa que havia transportado, no passado ano de avião, quarenta toneladas de flores e que esperava, no corrente ano, ultrapassar as cinquenta, só de avião.-----

O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que achava muito fácil se encontrar pontos de consenso e coisas com as quais pudessem estar de acordo e fazer, delas, bandeira para a ilha. Mas que o importante era que o Conselho de Ilha pudesse ser conseqüente e alguém o pudesse ouvir, porque, o Conselho de Ilha, por várias vezes, já se havia pronunciado, mas depois valia zero. Acrescentou que não concordava nada com a ida de alguém da SATA ou da TAP ao Conselho de Ilha, porque a TAP não ia recuar com a questão da privatização e que o que tinham na região era a SATA, que era uma empresa, de capitais, exclusivamente pública do Governo Regional, que tinha tido

obrigação de servir de tampão a um conjunto de atividades que tinham acontecido com a liberalização do espaço aéreo. Disse que o que tinha acontecido era que, quer a SATA, quer a TAP reeditaram, na rota da Terceira, aquilo que era a situação política regional antes da liberalização e antes da entrada das low cost, pelo que as duas companhias tinham ido buscar ao Orçamento de Estado a diferença entre o valor da passagem para o residente e a verba a reembolsar. Referiu que a maioria dos residentes não tinha condição de adiantar aquele dinheiro e que os turistas, ao verem aqueles valores, nem vinham. Acrescentou que, mais-valia, em vez de terem uma pessoa que representava o Governo Regional e que estava calado nas reuniões do Conselho de Ilha, se calhar fazia-se substituir pelo Secretário Regional, Vítor Fraga, que era quem tinha a tutela da SATA, e assim explicava o que a companhia ia fazer no futuro relativamente às ligações com a Terceira, porque era aí que a governação regional e o poder regional podia interferir, mais que não fazia sentido que ao abrigo do mercado da liberalização, uma passagem aérea entre os Açores e Lisboa custasse, no máximo, após o reembolso, cento e trinta e quatro euros e as ligações inter-ilhas custassem cento e vinte, ou seja, não poderia haver uma diferença tanto curta. Disse que tinha que haver outro tipo de abordagem para quem tinha uma companhia aérea própria, e que tinham que ver outra coisa, ou seja, que antigamente todos os constrangimentos relacionados com a Base das Lajes e com o Porto da Praia, estavam sediados na Secretaria do Estado e da Defesa, pelo que gostava que, naquele momento, tivessem a preocupação de saber quem era o novo secretário do Estado e da Defesa, porque certamente ia resolver, pelo menos seria pressionado, todos os problemas que estavam por resolver. Lembrou que o programa do antigo governo, que havia sido chumbado, fazia referência direta à Terceira, mas que o atual não. Relativamente ao Porto da Praia, disse que este tinha uma carência, ou seja, não ia ter instalações de frio e que estas eram de grande importância para o comércio e para a atividade económica da Terceira. Posto isso, disse que das recomendações feitas, pelo Conselho de Ilha da Terceira, para o Plano e Orçamento, constavam lá três: o terminal de cargas da aerogare das Lajes; o parque tecnológico da Terceira e cem mil euros para os equipamentos desportivos da Escola Secundária Gerónimo Emiliano de Andrade. Referiu que era preciso perceber que o peso do Conselho de Ilha era ótimo, que já havia passado muita coisa na Assembleia, mas que a questão do Porto e das

plataformas logísticas estava no governo e que o este não tinha implementado o PROTA. Concluiu dizendo que, fazer reuniões do Conselho de Ilha, onde todos tinham razão, ou tinham razões dentro das diferentes razões de cada um e, a seguir, servir apenas para escrever no papel, ou seja, era aí que tinham de ser consequentes. Disse ainda que, no Conselho de Ilha, havia pessoas que estavam no poder e outras na oposição e que era evidente que as responsabilidades de quem estava no poder eram muito mais profundas do que aquelas de quem estava na oposição, por força do voto popular. -----

O Sr. Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro, como nota prévia, disse que era preciso não esquecer que a Secretária do Estado e da Defesa, durante o último mandato, tinha sido exatamente o período em que haviam aumentado os constrangimentos na Base das Lajes. Disse que havia uma outra questão, que o Conselheiro Luís Rendeiro tinha referido, ou seja, que nem tudo o que se passava na aerogare era responsabilidade do Governo Regional, mas que a execução de cargas não era, nem tinha sido responsabilidade exclusiva do Governo Regional. Concluiu dizendo que alguma coisa tinha que mudar, como dizia o Conselheiro Álamo, não podiam estar eternamente com os mesmos problemas e tinham que separar aquilo que era deles do que era do Governo Regional e daquilo que era do Governo Nacional, porque efetivamente havia questões nos três patamares, -----

O Conselheiro Artur Machado usou da palavra e disse que não ia abordar, nem falar, da política de preços da SATA e da TAP porque, de facto, estava na fronteira do absurdo. Disse que tinha ficado contente com a possível vinda da Air Berlim para os Açores, porque esta era uma empresa que lhe parecia extremamente interessante, que tocava todas as capitais, não só da Europa, tinha uma rede de voos enorme e que tinha a sua base em Palma de Maiorca. De seguida, dirigiu-se ao Conselheiro Álamo e questionou se este sabia se a ligação a fazer seria apenas a uma cidade europeia, ou se iam fazer parte da plataforma Palma de Maiorca, uma vez que essa era a que dava acesso às cidades europeias. Acrescentou que a sua preocupação, naquele momento, para além do terminal de cargas e de todas aquelas coisas que eram absolutamente absurdas e incompreensíveis, era a questão do terminal de passageiros, porque não via condições nenhuma para que, se se comesse a receber voos regulares, o suportem. Disse que, provavelmente havia estudos para o referido terminal, mas que estes

tinham que ter um senso comum, um sentido prático normal porque para tudo havia milhares de estudos e os erros iam-se sucedendo uns aos outros. Concluiu dizendo que, obviamente havia opções de investimento e que em vez de se estar a financiar, de uma forma quase descarada, as companhias aéreas, talvez se investissem esse dinheiro no desenvolvimento tecnológico da região, teriam um melhor futuro. -----

O Conselheiro Álamo Meneses respondeu que não, ou seja, que naquele momento era uma ligação ponto a ponto e de Verão. Acrescentou que era uma situação experimental e que estava dependente da adesão de turistas, pelo que teriam que fazer algum esforço no sentido de tornar o lugar mais atrativo, pois só assim a Terceira poderia ficar incluída na rede global da empresa. Concluiu dizendo que havia um grande interesse em terem um voo até Palma de Maiorca, só que, naquele momento, isso não acontecia. -----

O Deputado António Toste Parreira interveio e disse que iria abordar algumas questões levantadas, que achava pertinentes e tinham que falar delas, pelo que até começava pelo fim. Lembrou que a SATA tinha um conselho de administração autónomo, pelo que não se deveria estar sempre agarrado ao maior acionista, ou seja, o Governo. Lembrou que a SATA era uma companhia de bandeira, que a TAP também já o tinha sido, mas que com a privatização já não o era. Lembrou quantas companhias de aviação, de nível mundial, já tinham falido e que a SATA continuava, e que se não fossem eles a defender o que era deles quem o faria. Lembrou que a SATA não era uma companhia low cost, mas sim uma companhia de voos regulares. Lembrou que os voos inter ilhas foram reforçados em vinte por cento, desde um de outubro do corrente ano, e lembrou que a redução das passagens aéreas, nomeadamente na Terceira, rondava os vinte por cento, sendo esta a ilha que mais tinha beneficiado das reduções. Em relação ao que havia dito o Sr. Conselheiros Péricles Ortins, ou seja, do acionista do Governo Regional na SATA, no acionista do Governo da República na TAP, mas que como a TAP já não era pública era bom lembrar que a mesma tinha abandonado o Faial e que o Governo da Republica, ou o acionista da TAP, nada havia feito nessa situação. Questionou o Conselheiro Péricles Ortins, sobre qual era a estatística que tinha que dizia que os clientes nacionais haviam baixado, uma vez que os seus dados eram diferentes, havia uma subida de cerca de dez por cento. Relativamente ao mencionado pelo Sr. Conselheiro Sieuve de Meneses, disse que uma das coisas que o preocupava,

entre outras, era os pagamentos terem de ser feitos em dinheiro e que, relativamente ao valor das passagens, era como tinha dito o Conselheiro Roberto Monteiro, se não estivessem nas rotas liberalizadas estavam a falar mal do governo, ficando dentro, infelizmente, não tinham uma companhia low cost que quisesse voar para a Terceira. Disse, ainda, que daquilo que sabia, e acreditando no Sr. Secretário Vítor Fraga, vinha-se fazendo um esforço enorme e não se tinha conseguido. Disse achar que o melhor para a Terceira era estarem na rota liberalizada, que percebia que tinham um custo a pagar para sair da ilha, mas que a vantagem dos voos low cost era fundamental, também, para as pessoas que vinham de fora, de forma a melhorar o turismo. Acrescentou que a luta deveria ser no sentido de um dia também se conseguir ter os voos low cost. Concluiu dizendo que achava importante e fundamental ouvir-se os senhores da SATA e da TAP e, se calhar, também o Governo Regional, sendo que, depois dessa discussão, era fundamental tirar conclusões e ver o que tinham que fazer.

O Conselheiro Péricles Ortins respondeu que as palavras do Deputado António Toste Parreira demonstravam bem tudo, pelo que não era preciso responder a mais. Disse que este tinha estado, não a defender a Terceira, mas possivelmente a defender outra coisa qualquer. Relativamente aos números, disse que não era exatamente aos números de turistas, mas que haviam sido três ilhas que tinham estado em contra ciclo em relação aos Açores e que o resultado total era à conta de uma ilha. Acrescentou que o Sr. Deputado estava a defender aquilo que entendia, mas que o deveria ter feito na frente da Câmara de Comércio, para que eles ficassem a saber a defesa que estava a fazer, em nome do Governo Regional, que certamente o havia delegado no Sr. Deputado. -----

O Deputado António Toste Parreira interveio e disse que estava ali para defender a sua ilha, e que era o que havia feito, para que ficasse bem claro. Acrescentou que o que o Sr. Conselheiro Péricles tinha falado, tinha sido dos números da Terceira, e que o mesmo não correspondia à verdade. Concluiu informando que os proveitos da Terceira, contrariamente ao que tinha dito o Deputado Luís Rendeira na Assembleia da passada semana, tinham subido. -----

O Conselheiro Paulo Barcelos usou da palavra e disse que da Ordem de Trabalhos constava a discussão sobre a estratégia da SATA e da TAP, que não sabia qual é que era, que tinha ido percebendo um bocadinho da discussão toda que se havia gerado há

volta desses dois pontos. Disse que o que queria saber era se o Conselho de Ilha ia criar um documento para tornar público, como ele gostaria. Concluiu dizendo que aquela seria uma forma de marcarem posição publicamente, de saberem o que o Conselho pensava acerca do assunto.-----

O **Conselheiro Sieuve de Meneses** propôs à Mesa, de acordo com o que estava a ser dito, primeiro que o documento era importante, segundo, que a Mesa tivesse um aval para poder propor reuniões preparativas daquelas situações, ou seja, disse que achava muito importante que a Mesa do Conselho, que era para isso que ela existia, também para ter algumas situações de frente e de contato direto com organizações daquele tipo, fizesse as reuniões, com a TAP ou com a SATA, no sentido de chegar ao Conselho alguma coisa já trabalhada.-----

O **Conselheiro Álamo Meneses** interveio e disse que tinham discutido quatro coisas, ou seja, a plataforma logística; a concessão do Porto da Praia; as questões do transporte aéreo e as restrições à operação no aeroporto. Acrescentou que forma mais eficaz seria a Mesa preparar um texto para ser apresentado na próxima reunião e submetido a votação.-----

O **Sr. Presidente da Mesa, Senhor Roberto Monteiro** interveio e disse que mandavam o texto, para ser aprovado na reunião seguinte e depois tornado público.-----

4. DISCUSSÃO SOBRE A MELHOR ESTRATÉGIA PARA DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA DO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA.-----

Este ponto foi apresentado, discutido e votado em simultâneo com o anterior.-----

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu, a todos, a colaboração. De seguida deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.-----

O Presidente da Mesa



Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Conselho de Ilha da Terceira

Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional N°57/X – “Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores” e sobre o Projeto de Resolução N°133/X – “Plano de Investimento Participativo”.

O Conselho de Ilha da Terceira, reunido extraordinariamente a 30 de novembro de 2015, analisou os Projetos de Decreto Legislativo Regional e de Resolução N°133/X – “Plano de Investimento Participativo”, acima referenciados.

O Conselho de Ilha da Terceira reconhece o intuito do projeto, sublinhando a importância de reforçar a participação cívica no Arquipélago;

Ressalva, no entanto, a existência de procedimentos de audição alargada no âmbito da formulação e votação do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, envolvendo as Entidades Locais e Regionais, particularmente os Conselhos de Ilha e o Conselho Regional de Concertação Estratégica, assim como a discussão aprofundada das opções orçamentais regionais;

Entende que a decisão de aplicação deste Projeto cabe exclusivamente à Assembleia Legislativa dos Açores;

Contudo, no âmbito do Parecer pedido, o Conselho de Ilha da Terceira concorda, na generalidade, com iniciativas de reforço da participação das organizações e dos cidadãos, alertando que:

1º A verba destinada ao OPRAA (Artigo 4º do Projeto) não deve resultar apenas de uma percentagem idêntica para todas as ilhas, mas também de outros fatores que introduzam maior justiça na aplicação deste mecanismo (por exemplo, PIB da ilha, população residente, etc.);

2º O OPRAA deve incluir um mecanismo de majoração para as Ilhas e/ou Concelhos com problemas conjunturais ao nível económico e/ou social;

3º O prazo disposto para os serviços do Governo Regional procederem à elaboração dos projetos (nº3 do Artigo 10º) deve ser alargado, ou incluir uma cláusula de exceção perante casos de maior complexidade ao nível dos projetos;

4º A logística de participação preconizada no Projeto de DLR (nomeadamente os N°s 1, 2 e 6 do Artigo 6º e os Artigos N°s 11º, 12º, 16º, 17º e 18º) deverá, na sua versão final, tender a simplificar-se (nomeadamente por via da sua digitalização), sob pena de os custos a si associados dificultarem a concretização da iniciativa na sua globalidade.

h

Pelas razões atrás apontadas, o Conselho de Ilha considera não estarem reunidas condições para um parecer favorável em relação a qualquer das propostas apresentadas

Angra do Heroísmo, 30 de novembro de 2015.